RAMOS, Marques dos Ramos; NASCIMENTO, Virgílio Gomes do. A família como uma instituição moderna. [publicado em Abril de 2008]. Fractal : Revista de Psicologia. Fractal, Rev. Psicol. vol. 20 no.2 Rio de Janeiro July./Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984- 02922008000200012>. Acessado em 05 de dezembro de 2011.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al (Orgs.). A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Renata Junqueira. Letramento Literário: uma proposta para a sala de aula. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.pdf > Acesso em: 21 de agosto de 2016.

VAITSMAN, J. Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ZILBERMAN, Regina. A produção cultural para crianças. Porto Alegre: Nova Perspectiva, 1982.

. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 1982.

. Literatura e pedagogia: ponto e contraponto. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

O DEFICIENTE AUDITIVO E SUA HISTÓRIA

VILMA OLIVEIRA DA SILVA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a história do deficiente auditivo, bem como, propor reflexões acerca da Língua de Sinais (LIBRAS). Levando em consideração que o deficiente auditivo enfrenta diversas dificuldades. desde a sua educação regular até os demais níveis de ensino. o qual demanda professores devidamente capacitados e fluentes em Libras. para que possa estar preparado para ser cidadão atuante na sociedade. A metodologia do trabalho se faz por meio bibliográfico, em que se utilizou livros e artigos científicos. A história envolvendo os deficientes auditivos e suas conquistas passaram por muitos momentos e a promulgação das Leis que regem o movimento surdo foi imprescindível para que os deficientes auditivos pudessem dominar diversos assuntos, conquistar seus objetivos e alcançar seu lugar na sociedade como cidadãos capazes.

Palavras-chave: Deficiente auditivo: Libras: Educação.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas deficientes auditivas em todas as esferas da vida social é um assunto muito discutido.

O tema norteador desse artigo surgiu da necessidade em refletir sobre a história do deficiente auditivo.

Com o objetivo de dialogar sobre a importância da língua de sinais (LIBRAS) o infantil. bem como deficiente auditivo e sua história.

A inclusão do indivíduo surdo na sociedade se faz necessário desde a etapa dos primeiros anos da criança portadora de deficiência auditiva, assim, para validar essa afirmação os documentos oficiais estão cada vez mais em discussão. para que não ocorra como em tempos remotos a segregação dos deficientes auditivos no ambiente escolar e nos processos educativos.

A metodologia empregada foi por meio de pesquisas em livros e leituras de artigos científicos que abordam a temática.

Portanto, o presente trabalho tem o intuito de proporcionar discussões e reflexões acerca da relevância da história do deficiente auditivo e da Língua de

Sinais (LIBRAS), levando em consideração que a inclusão parte do princípio de adquirir condições para que se possa agregar a todos e que para tal demanda responsabilidade e transformações, respeitando as especificidades de cada aluno e suas limitações.

BREVE HISTÓRIA DO DEFICIENTE AUDITIVO

Faz-se necessário discorrer em um breve relato sobre as questões históricas da surdez. para que se possa efetuar uma melhor explanação das práticas contemporâneas.

De acordo com a Fonoaudióloga, Professora e Especialista em Linguística, Márcia Goldfeld (2002, p. 27), antigamente as pessoas portadoras de deficiência auditiva eram vistas com um olhar de piedade, estigmatizadas pelos deuses, enfeitiçadas, chegando a ser abandonadas às suas próprias sortes ou até sacrificadas.

Esta maneira errônea de pensamento repercutiu por se optar a não educação dos deficientes auditivos, até o século XV.

De acordo com Sacks (1989):

A condição sub-humana dos mudos era parte do código mosaico e foi reforçada pela exaltação bíblica da voz e do ouvido como a única e verdadeira maneira pela qual o homem e Deus podiam se falar (no princí-

pio era o verbo). (SACKS. 1989, p. 31).

Entretanto, segundo o autor, nas sagradas escrituras havia uma colocação negativa relacionada à surdez.

Segundo Goldfeld (2002). o astrólogo, médico e matemático italiano Gerolamo Cardano (1501-1576), o qual possuía um filho surdo, foi a primeira pessoa a afirmar que o deficiente auditivo deveria ser educado e instruído e que seria um crime não fazê-lo.

Assim sendo, foram criados diversos métodos para ensiná-los, até a atualidade, sendo por meio da língua auditivo-oral. ou na língua de sinais, que é a língua espaço-visuo espacial, criada pela comunidade de surdos, ou ainda, por códigos visuais. (GOLDFELD, 2002, p. 28).

No século XVI, o monge Beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) ensinou alunos surdos, pelo método que incluía datilologia, ou seja, representação manual das letras do alfabeto. Em 1620 Juan Martin Pablo Bonet publicou um livro sobre o citado método, utilizado pelo monge Ponce de Leon. Em 1644 foi publicado o primeiro livro sobre a língua de sinais. por J. Bulwer. de nomenclatura 'Chirologia". (GOLDFELD, 2002. p. 28).

Ainda nas explanações de Goldfeld (2002), em 1750 um Abadê Francês, Charles Michel de L'Epée, aprendeu com diversos surdos a língua de sinais com a gramática sinalizada utilizada na França. Na mesma época, graças a Samuel Heinick (1750), na Alemanha, que também foi fundador da primeira escola pública para surdos. surgiram as primeiras noções da filosofia constitucional oralista, este método rejeitaria a língua de sinais, sendo assim, a metodologia de L'Epée e Heinick (1771-1785) se chocaram. Após análises da comunidade científica. fora diagnosticado o método de L'Epée (1750) como sendo o mais adequado.

O século XVIII, para Sacks (1989) foi considerado a época mais reluzente, para a educação dos deficientes auditivos, pois, com a abertura de várias escolas especializadas, os mesmos podiam aprender a língua de sinais, dominando diversificados assuntos e profissões.

Com relação a esta época, Sacks (1989) expôs o seguinte:

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral, dirigidos por professores surdos, em todo o mundo civilizado. a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis. tornaram-se subitamente possíveis. (SACKS, 1989 p. 37).

Como pode ser averiguado. nas palavras de Sacks (1989), na época, foi um salto quanto na quantidade de escolas para surdos e também no que diz respeito à qualidade, pois os deficientes auditivos podiam dominar diversos assuntos, conquistar seus objetivos, fincando seu lugar na sociedade como cidadãos capazes.

Conforme esclareceram Sacks (1989) e Goldfeld (2002), entre 1815 até 1817, o professor americano Thomas Hopkins Galaudet, se interessou tanto no método manual quanto no método da língua oral na educação dos surdos, porém, pela falta de quem pudesse lhe ensinar o método oral, fundou a primeira escola permanente para surdos, nos Estados Unidos da América, utilizando da comunicação em salas de aula e conversas extraclasses, ou seja, um tipo de francês sinalizado. e isto juntamente com um dos melhores alunos de L'Epée. Laurent Clerc. Foi assim que surgiu a metodologia da Comunicação Total.

Nesse sentido, a história envolvendo os deficientes auditivos e suas conquistas passaram por muitos momentos.

Por volta de 1821, nos U.S.A., passou-se a ensinar nas escolas públicas a -American Sign Languagem" (ASL), onde os alunos aprendiam com a língua de sinais, de influência francesa. O progresso foi eminente. e em 1864 foi fundada a primeira universidade para surdos, a Universidade Gallaudet (GOLDFELD, 2002).

Ainda no ano de 1860, o oralismo ganhou força, pois vários profissionais defendiam a ideia de que o método manual prejudicaria na aprendizagem da língua oral, sendo que, até hoje, alguns profissionais creem nesta ideia. E dentre estes defensores, do passado, estava Alexander Graham Bei', que após votação no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, no ano de 1880, em Milão, foi proibido o uso da língua dos sinais. Porém, aos professores surdos foi vetado o voto.

No século XX. a maior parte das escolas de surdos, em todo o mundo, deixou de utilizar a linguagem de sinais. e algumas disciplinas foram tidas em segundo plano, havendo uma queda na aprendizagem. (GOLDFELD, 2002).

No ano de 1970, o Professor William Stokoe, publicou o artigo -Sign Language Structure: Na out line of the Visual Communication System on the American Deaf", com esta publicação o mesmo demonstrou que a ASL era uma língua com todas as qualidades distintivas das línguas orais.

Face ao exposto. surgiram inúmeras pesquisas, e já que os educadores estavam insatisfeitos com a língua oral, a língua de sinais foi ganhando mais adeptos. Época em que a Professora Dorothy Schifflet utilizava a linguagem de sinais com o método oral, ou seja, leitura labial, treino auditivo e ainda o alfabeto manual com seu filho, de nomenclatura -Total Aproach" — Abordagem Total (GOLDFELD, 2002).

Com o passar do tempo foi-se verificando, em alguns países, que havia a neces-

sidade de se utilizar em alguns momentos a língua de sinais, e em outros a língua oral, e não as duas, em conjunto: então surge a filosofia bilíngue, que a partir de 1990 ganha ainda mais força. (SACKS. 1989).

No Brasil, no final da década de 1970. a Comunicação Total é evidenciada com a visita de (vete Vasconcelos, educadora de surdos na Universidade Gallaudet, que após sua vinda dá-se início ao bilinguismo, de acordo com as pesquisas da Professora Lucinda Ferreira Brito, no que tange à língua brasileira de sinais, que foi abreviada de acordo com os Centros Urbanos Brasileiros (LSCB), como forma de diferenciá-la da língua utilizada pelos índios do Maranhão Urubu-Kaapor (LSKB).

Por volta de 1994, a Professora passou a utilizar a nomenclatura: Língua Brasileira de Sinais (Libras), criada pela Comunidade Surda (GOLDFELD, 2002, p. 27-46).

Atualmente no Brasil estas três abordagens, apesar de causarem muitas discórdias entre os profissionais, são de importante apreço.

Vale ressaltar que cada país tem a sua Língua de Sinais, portanto, não são universais. A Linguagem de Sinais (Libras) tem uma estrutura própria que combina formas, movimentos manuais e também de pontos de referências no corpo e no espaço.

A Lei de n° 10.436, de 24/04/2002, em seu 4° artigo, dispõe do seguinte:

O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais — Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais — PCNs. conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002).

No dia 22 de dezembro de 2005, foi publicado no Diário Oficial. o Decreto nº 5.626, que regulamenta a referida Lei acima de nº 10.436. e o art. 18 da Lei n° 10.098. de 19 de dezembro de 2000.

Este Decreto de n° 5.626 do ano de 2005 foi salientado que:

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público. as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado. por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras — Língua Portuguesa, realizada por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto n° 5.296, de 2004.

§ 1° As instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação de Libras.

§ 2° O Poder. os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado. previsto no caput.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras — Língua Portuguesa está sujeita a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão, em conformidade com o Decreto n° 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Caberão à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio. os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no caput. (BRASIL, 2005).

Com tal publicação, foram visíveis as mudanças nas Leis que regem o movimento surdo e nos órgãos governamentais neste sentido, pois instituiu a utilização e a difusão obrigatória da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras nos cursos de magistério. Pedagogia, tanto para o nível médio, quanto para o nível superior, o mesmo se deu para os cursos de fonoaudiologia de instituições de ensino pública ou privada. sistema federal de ensino, para os Estados, Municípios e Distrito Federal. (BIANCO, 2012, p. 257-258 e 262).

Assim, a Libras passou a ser uma disciplina optativa nos cursos de formação de educadores.

De acordo com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), conforme pesquisas editadas em 28 de Abril de 2013 foram produzidos e distribuídos 15.000 Dicionários Digitais na Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, no formato CD-ROM, para todo o Brasil. acompanhando as novas tecnologias. Acredita-se que cerca de 50 mil estudantes de escolas públicas brasileiras utilizaram este material. Ele auxilia a capacitação dos professores que trabalham com os alunos deficientes auditivos do ensino regular. (BRASIL, 2018).

É requisitada na escolarização do deficiente auditivo a Língua de Sinais. e em segundo plano a Língua Portuguesa, tal fato é ratificado por Karnopp (2005). Sendo que é extremamente necessário que o professor e o aluno possam dominar tais práticas para

que possam estabelecer as relações e as diferenças entre os dois sistemas linguísticos.

E para que a prática possa ser dominada é necessário que a interlocução vá além dos diálogos com aqueles que o interpretam, e com relação a esta questão de fluência, ou seja:

[...] apenas a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de providências para que o aluno possa ser atendido efetivamente, tais como: adequação curricular. aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais. entre outros. (LACERDA in apud TENOR, 2008, p. 42).

Porém, e de acordo com a matéria publicada no FENEIS, a Libras é fundamental. mas não onipotente para a inclusão, pois é necessário que haja entrosamento e muita atenção. que se dê importância aos problemas educacionais dos surdos, tanto de origem individual como no geral. Pois sempre há problemas para serem solucionados no ensino. (SALERNO, 2005).

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), atendendo a proposta de emendas para o Projeto de lei n° 8.035, de 2010, relativo ao Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio de 2011-2020, implementou o seguinte plano:

• Universalizar, a partir dos seis meses de idade, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e. a partir dos quatro anos, o atendimento escolar aos estudantes com altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino e ou escolas especificas, realizando censo específico.

• Devido à especificidade linguística dos Surdos, esta população necessita adquirir a Língua de Sinais Brasileira — Libras. como primeira Língua (L1), nas creches.

• Como 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes que não conhecem a Língua de sinais brasileira — Libras e, devido ao fato da aquisição de uma língua de sinais, ser a forma mais natural e eficaz para o desenvolvimento cognitivo dessas crianças. conforme pesquisas psicolinguísticas em vários países. as crianças surdas precisam de atendimento escolar, desde o primeiro ano de vida. em creches que possam propiciar a aquisição da Libras como Primeira Língua (L1).

• Decreto 5.626/2005. Artigo 25. Inciso VIII — orientações a família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso a Libras e à Língua Portuguesa. (BRASIL, 2010).

Então, para que haja uma inclusão plena é necessária que também sejam tomadas diversas providências, inclusive na adequação curricular.

A preocupação e cuidados com a educação do deficiente auditivo é muito clara, e quando se trata da inclusão e da valorização das Libras, é ainda mais abrangente, já que esta propicia a todos a igualdade de desenvolvimento na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em épocas remotas as pessoas portadoras de deficiência auditiva eram estigmatizadas, tidas como enfeitiçadas e até sacrificadas. Com o passar do tempo e por conta de afirmações de que o deficiente auditivo deveria ser educado e instruído, assim, verificado as necessidades sendo criados diversos métodos para ensiná-los, seja pela língua auditivo-oral, língua de sinais, ou ainda por códigos visuais.

No Brasil deu-se início ao bilinguismo apenas em 1970 e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) regulamentada por Lei no ano de 2000, assim como a opção da mesma na formação dos educadores, pois, é necessário na escolarização do deficiente auditivo a Língua de Sinais e em segundo plano a Língua Portuguesa.

As táticas, a língua de sinais e adequações empregadas na cultura surda insere o deficiente auditivo na cultura do ouvinte.

A Língua de Sinais (LIBRAS) é fundamental, e requisito necessário desde o ensino infantil, na mais tenra idade, porém não o suficiente para que haja inclusão do aluno deficiente auditivo, o que demanda atenção, entrosamento e averiguação por parte da Instituição Educacional e Educador, quanto à dificuldades apresentadas por estes alunos, a fim de que o aluno possa se desenvolver e conviver em sociedade.

REFERÊNCIAS

BIANCO, Nélia R. Del. O Rádio Brasileiro na Era da Convergência / Organizador, Nélia R. Del Bianco. — São Paulo: INTERCOM, 2012. 359 p.: il. — (Coleção GP'S: grupos de pesquisa; vol. 5). P. 257-258 e 262. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.briebooks/arquivos/36de5131e92458974c-7c409b6742cc2c.pdf. Acesso em 01/07/2021.

BRASIL ABRH. Pesquisa I. Social. Expectativas e percepções sobre o mercado de trabalho para pessoas com deficiência. 2017/2018. Disponível em: https://abrhsp.org.br/conteudo/abrh-sp-no-estadao/expectativas-e-percepcoes-sobre-a-inclusao-de-pcds/ Acesso em 27/06/2021.

BRASIL. Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005 Planalto.

Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em https://www.planalto.qov.br/ccivil 03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm Acesso em 27/06/2021.

BRASIL. PENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos).

Kit LIBRAS é legal. 2002.

BRASIL/MEC. Projeto de Lei n° 8.035-C de 2010. Estabelece o Pano Nacional de Educação — PNE para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leq.briatividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/p1-8035-10-plano--nacional-de-educacao/documentos/outros--documentos/avulso-pl-8035-10-c Acesso em 01/07/2021.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sociointeracionista. São Paulo. Ed. Plexus, zled. 2002.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: Uma Jornada pelo Mundo dos Surdos. Rio de Janeiro. !mago, 1989.

SALERNO, Myrna. As dificuldades de inclusão dos Surdos Brasileiros e dos Intérpretes de LIBRAS nas Universidades Públicas. Net. Rio de Janeiro. outubro 2005. Seção Sindical dos Docentes da UFRJ. Disponível em:

https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10178/ssoar-etd-2006-2-monteiro-historia dos movimentos dos surdos.pdf?sequence=1 Acesso em 01/07/2021.